

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0033199



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

**REAL:
QUATRO ANOS
QUE MUDARAM O BRASIL**

BRASÍLIA
1998

338.81
B823r
ex. 3

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

130033199

**REAL:
QUATRO ANOS
QUE MUDARAM O BRASIL**

338.81
B823W
JK.3

BRASÍLIA
1998

BRASIL
Presidência da República
Câmara de Documentação e Informação

REAL:
QUATRO ANOS
QUE MUDARAM O BRASIL

Brasil. Presidente (F.H. Cardoso)

Real: Quatro anos que mudaram o Brasil. — Brasília: Presidência da República, 1998.

53 p.: il. — (Coleção Documentos da Presidência da República)

1. Plano Real — Brasil. 2. Política Econômica — Brasil. I. Título. II. Série

CDD 330.31

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
ECONOMIA	07
Inflação.....	09
Crescimento.....	12
Incentivos à Produção.....	17
Distribuição de Renda.....	22
Emprego.....	26
Consumo e Qualidade de Vida.....	30
Programa de Privatização.....	36
Setor Externo.....	38
ÁREA SOCIAL — ALGUNS TEMAS	41
Educação.....	43
Saúde.....	47
Previdência Social.....	50
Reforma Agrária.....	52

APRESENTAÇÃO

A cada aniversário do Real, a Secretaria de Comunicação Social tem publicado uma avaliação do impacto da estabilidade monetária sobre a economia e o campo social.

Desta feita, em vez de uma avaliação abrangente, o presente trabalho se limita a coligir um conjunto de tabelas, gráficos, fatos e números sobre a economia e a área social. Deixa deliberadamente de tratar do Programa Brasil em Ação e da Comunidade Solidária porque foram objeto de textos recentes.

Os números falam por si mesmos. O que se depreende das páginas a seguir, em primeiro lugar, é a profunda transformação da economia brasileira, marcada por maior eficiência do setor produtivo, maior competitividade externa, substancial elevação do nível de investimentos e expressivo ingresso de capitais do exterior.

Estas mudanças positivas explicam o fato de o Brasil estar no sexto ano consecutivo de crescimento, com uma taxa média de 4% desde o advento do Real, a segunda maior da América Latina no período. Este resultado se compara com uma virtual estagnação nos quatro anos anteriores ao Plano Real, caracterizado por dois anos de crescimento e dois de recessão.

O desempenho da economia após o Plano Real resultou em significativa elevação de renda, sobretudo das classes trabalhadoras. No período de 86 a 93, o rendimento médio real da população caiu. As perdas foram mais acentuadas nos segmentos mais pobres do que nos mais ricos. De 93 a 96, ao contrário, todos os estratos da sociedade aumentaram suas rendas. O rendimento dos mais pobres cresceu mais do que o dos mais ricos.

A maior parte dos indicadores sociais corrobora o expressivo aumento da qualidade de vida da população.

É interessante notar que, diferentemente do que ocorreu em décadas passadas, quando choques externos – do petróleo e de juros – abortaram uma trajetória de crescimento, nos anos recentes a economia sou-

be defender-se de dois abalos igualmente poderosos, primeiro a crise mexicana e depois a asiática. Foi preciso em cada um dos casos frear temporariamente o crescimento, para em seguida retomar a atividade econômica.

O aumento das taxas de desemprego e a elevação do déficit fiscal são a seqüela mais visível e preocupante da crise de novembro, e constituem indicadores dos ajustamentos que restam realizar na economia e que já começam a ser feitos.

Mas a estabilidade macroeconômica, a redução progressiva da taxa de juros, os investimentos crescentes e a diminuição do custo de produzir sinalizam que o País está-se preparando para um novo salto de desenvolvimento, que contribuirá decisivamente para ampliar o emprego e aprofundar as políticas públicas dirigidas de modo prioritário, talvez pela primeira vez, para as camadas de renda mais baixa da população.

SERGIO SILVA DO AMARAL
Secretário de Comunicação Social
Presidência da República

ECONOMIA

INFLAÇÃO

INFLAÇÃO MENSAL

comparação com planos de estabilização anteriores



Em base do índice IPC-Fipe mensal de jan/85 a maio/98

Antes do Plano Real

A inflação Fipe acumulada nos **quatro anos** que antecederam o Plano Real foi em torno de 3.500.000%.

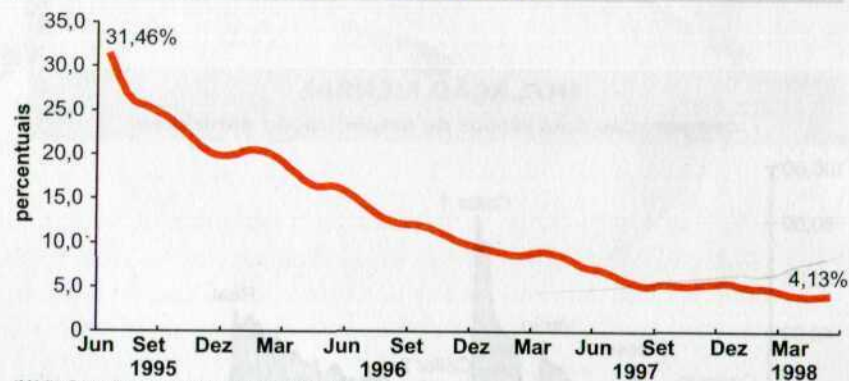
Nos **12 meses** anteriores à implantação do Real, a inflação registrada pela FIPE alcançou 5.200%.

Depois do Plano Real

Nos **12 meses encerrados em maio de 1998**, os preços apresentaram uma variação de apenas 3,12%, a **menor taxa verificada pela FIPE desde novembro de 1949**.

ÍNDICE DE INFLAÇÃO*

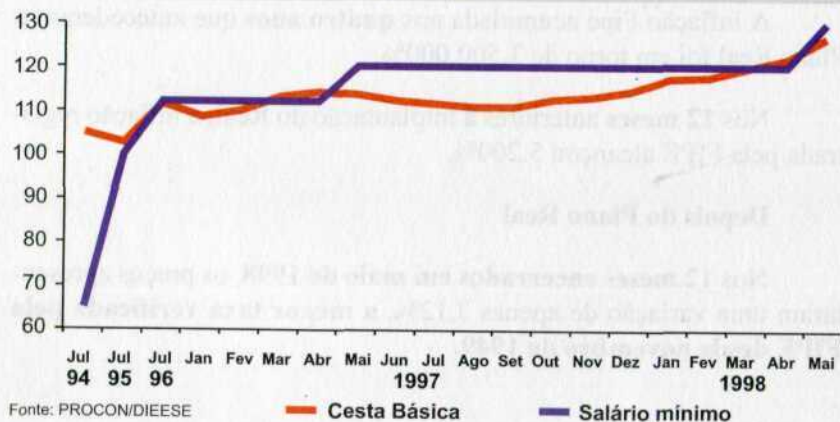
acumulado 12 meses



*Média Geométrica do INPC, IGP-DI e IPC-FIPE
Fonte: BACEN

CESTA BÁSICA x SALÁRIO MÍNIMO

(em R\$)

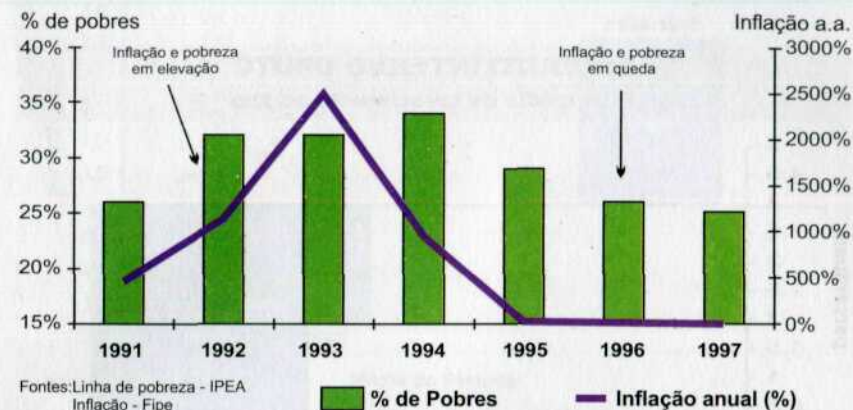


Fonte: PROCON/DIEESE

— Cesta Básica

— Salário mínimo

INFLAÇÃO X POBREZA



Fontes: Linha de pobreza - IPEA
Inflação - Fipe

■ % de Pobres

— Inflação anual (%)

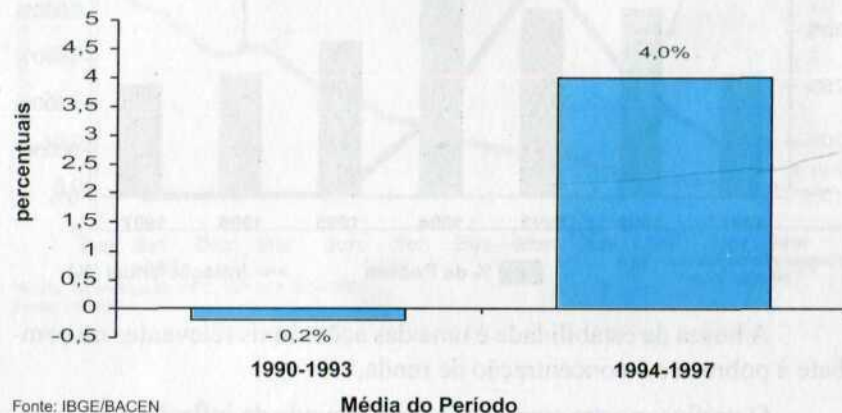
A busca da estabilidade é uma das ações mais relevantes no combate à pobreza e à concentração de renda.

O gráfico mostra com clareza que a queda da inflação é acompanhada da queda do percentual de pobres.

Obs: Linha Baixa de Pobreza: corresponde à percepção de R\$ 45,00 mensais de renda "per capita" (a preços de maio de 1996). Os dados anuais correspondem à média de junho do ano anterior até maio do ano correspondente (12 meses).

CRESCIMENTO

PRODUTO INTERNO BRUTO taxa média de crescimento ao ano

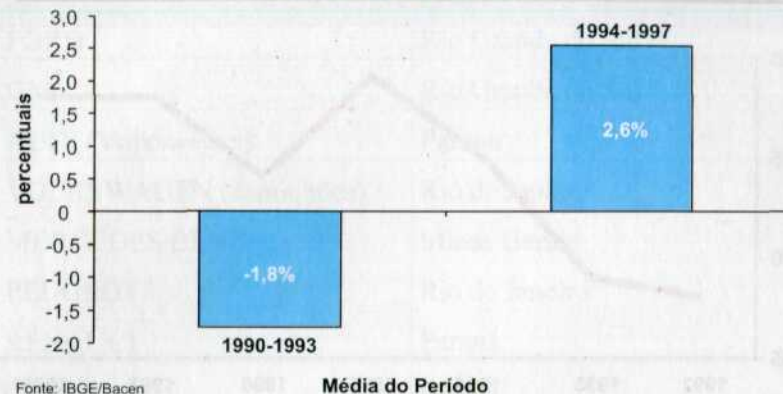


O Produto Interno Bruto cresceu 17% entre 1994 e 1997, o que equivale a uma taxa de crescimento médio anual de 4%. Em contraste, nos quatro anos que antecederam o Real, o crescimento médio do PIB foi negativo em 0,2%.

Levando em consideração 1998, serão 6 anos consecutivos de crescimento do PIB, fato que não era observado desde o final da década de 70.

Entre 1990 e 1993, o crescimento negativo do PIB foi formado por dois anos de taxas positivas de crescimento (1991 e 1993) e outros dois anos de recessão (1990 e 1992), o que reflete o padrão de "gangorra", que foi a regra na década de 80 e no início da década de 90.

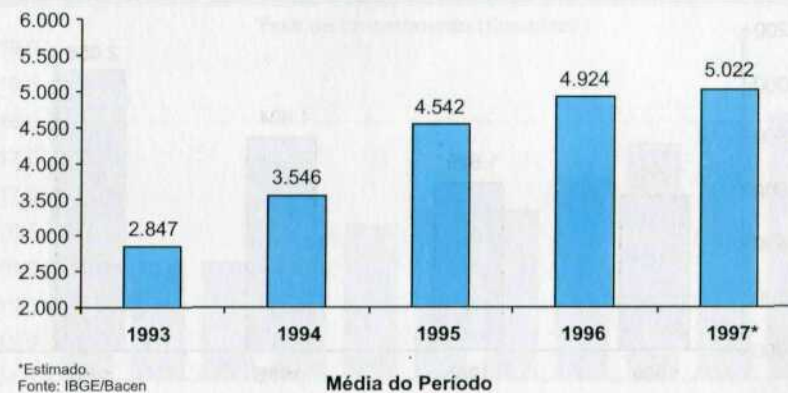
PIB REAL PER CAPITA taxa média de crescimento



No período de 1994 a 1997, o PIB real per capita cresceu a uma taxa média de 2,6% ao ano, ultrapassando em 1997 o patamar dos US\$ 5.000 por habitante.

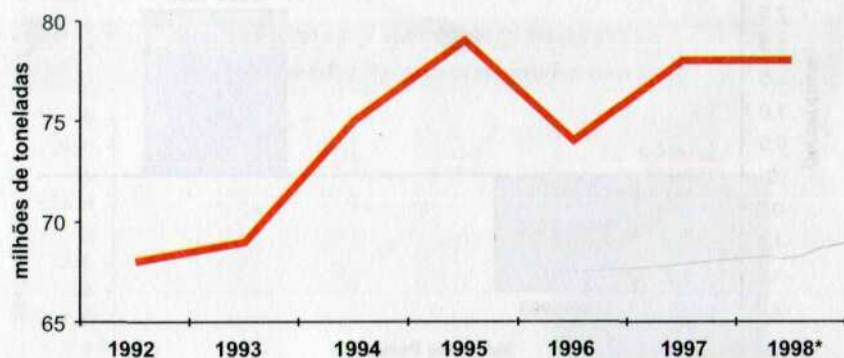
De acordo com o IBGE, o rendimento médio nominal dos trabalhadores cresceu significativamente em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, com destaque para as capitais do Nordeste, onde os ganhos relativos superaram a média nacional.

PIB PER CAPITA (em US\$ 1,00)



O PIB per capita ultrapassou a marca de US\$ 5.000 no ano de 1997.

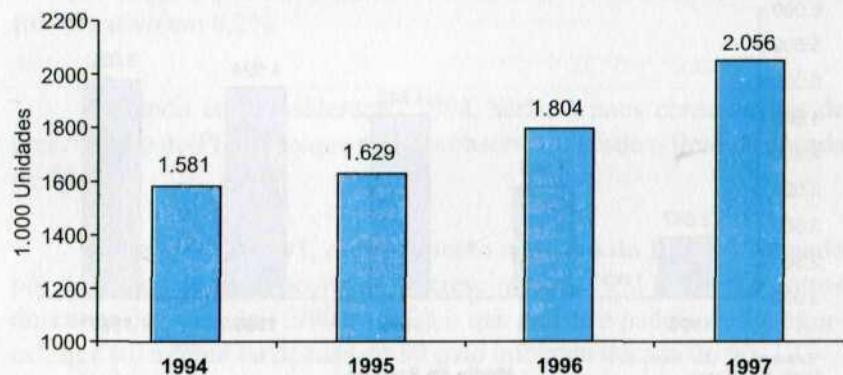
PRODUÇÃO DE GRÃOS



(*) Estimativa do IBGE
Fonte: IBGE

PRODUÇÃO DO SETOR AUTOMOTIVO

1994 a 1997



Fonte: ANFAVEA e MICT

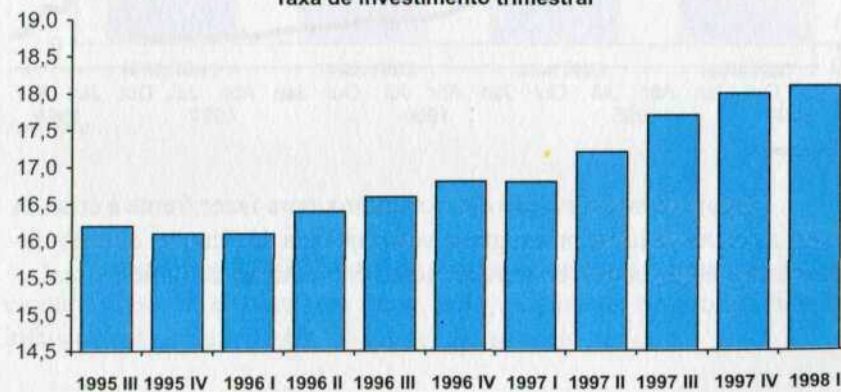
DESCENTRALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

FORD	Rio Grande do Sul
GM	Rio Grande do Sul
AUDI (Volkswagen)	Paraná
VOLKSWAGEN (caminhões)	Rio de Janeiro
MERCEDES BENZ	Minas Gerais
PEUGEOT	Rio de Janeiro
RENAULT	Paraná
CHRYSLER	Paraná
HONDA	Sumaré/São Paulo
HYUNDAI e ASIA MOTORS	Bahia

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

(% PIB)

Taxa de investimento trimestral



INVESTIMENTO E PRODUÇÃO

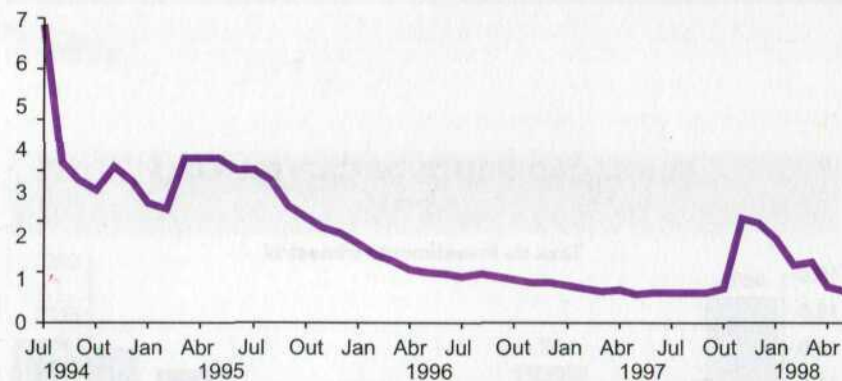
A indústria mecânica opera a alta capacidade, alcançando os níveis mais altos desde o primeiro trimestre de 1987.

A produção de bens de capital para construção, energia elétrica e de uso misto, cresceu, nestes 4 anos, 49%, 17% e 9%, respectivamente (até março).

Os investimentos estrangeiros diretos aumentaram de US\$2,2 bilhões, em 94, para US\$ 17 bilhões, nos 12 meses terminados em abril de 1998.

A expectativa é de US\$ 20 bilhões em investimentos diretos no final de 1998, ou seja, 10 vezes o valor de 94.

TAXA DE JUROS - SELIC (% ao mês)



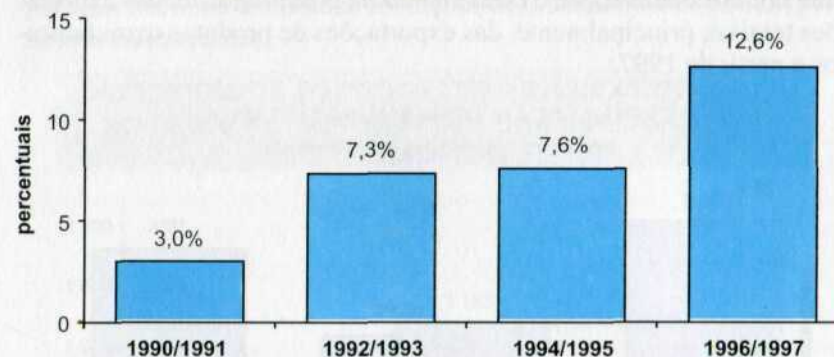
Fonte: Bacen

Depois de sua elevação em novembro, para fazer frente à crise da Ásia, as taxas de juros prosseguem sua trajetória declinante, contribuindo, assim, para promover o crescimento e a redução do déficit fiscal.

INCENTIVOS À PRODUÇÃO

- ◆ Promoção de Competitividade
- ◆ Modernização Empresarial e Produtiva
- ◆ Redução do Custo Brasil
- ◆ Criação de Ambiente Institucional Favorável
- ◆ Estímulo à Educação e Qualificação do Trabalhador
- ◆ Nova Política Agrícola

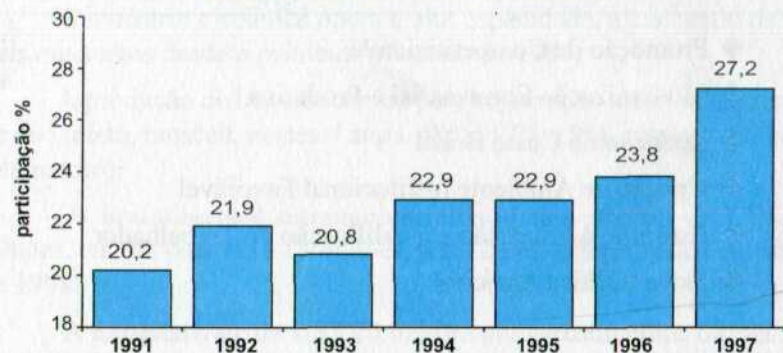
CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL produção física por hora trabalhada



Fonte: IBGE

No período 1994/97 houve aumentos salariais sem pressões inflacionárias. Isto se explica, em parte, pelo incremento da produtividade industrial, da ordem de 10,1% em média naquele período.

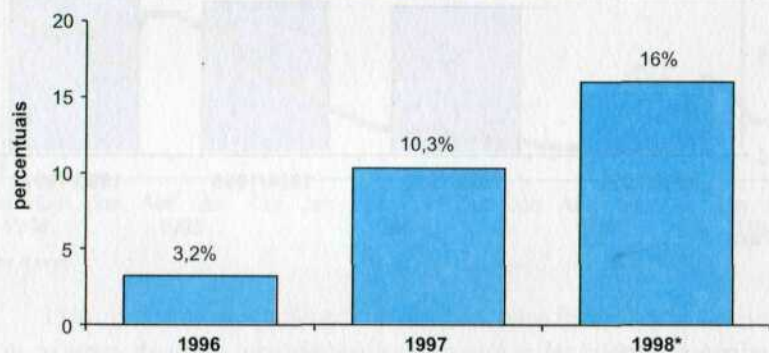
PARTICIPAÇÃO % DOS BENS DE CAPITAL NA IMPORTAÇÃO



Fonte: Bacen

O aumento da participação dos bens de capital nas importações indica que o sistema econômico está se modernizando, o que é consistente com os dados sobre o crescimento da produtividade, das exportações totais e, principalmente, das exportações de produtos manufaturados a partir de 1997.

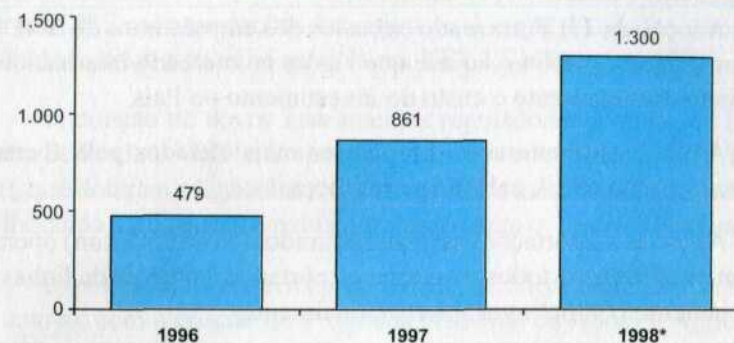
EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS variação acumulada em 12 meses



* Até abril/98
Fonte: MICT-SECEX

O expressivo incremento das vendas externas de produtos manufaturados, especialmente a partir de junho/97, indica que a reestruturação gerencial e produtiva da economia começa a colher os primeiros frutos.

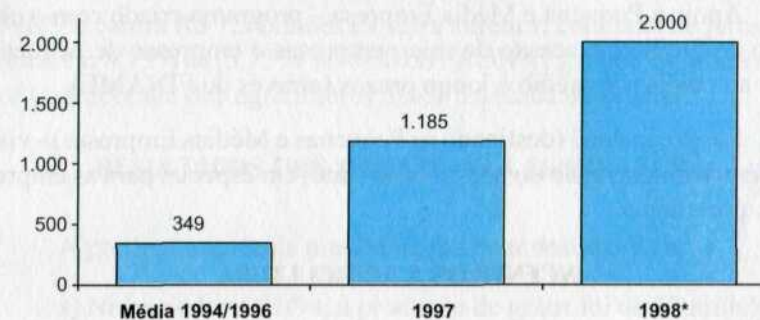
PROEX - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES* dotações orçamentárias - US\$ milhões



* Inclui modalidade "Equalização de taxas de juros"
Fonte: Banco do Brasil

O PROEX procura, através de financiamentos diretos aos exportadores e pagamentos de equalização de taxas de juros, oferecer ao exportador nacional as mesmas condições de financiamentos obtidas pelos nossos concorrentes.

DESEMBOLSOS DO PROGRAMA FINAMEX/BNDES-EXIM NO APOIO ÀS EXPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL US\$ milhões



* Previsão
Fonte: BNDES

Os desembolsos em operações pré e pós-embarque do programa FINAMEX, agora chamado BNDES-EXIM, no apoio às vendas externas de bens de capital, tiveram um aumento de quase oito vezes em quatro anos.

NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

Adoção da TJLP, trazendo os custos dos empréstimos do BNDES para um patamar próximo àquele que vigora no mercado internacional, reduzindo drasticamente o custo do investimento no País.

Apoio à reestruturação dos setores mais afetados pela abertura comercial, como têxtil, calçados e autopeças.

Apoio às Exportações de Manufaturados (BNDES Exim) operando com praticamente todos os setores exportadores através de linhas de financiamento competitivas internacionalmente.

Programa de Novos Pólos de Exportação (PNPE) - implantado em 14 Estados, esse programa procura promover a interiorização do comércio exterior brasileiro.

Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) - apoia a exportação de bens ou serviços nacionais com recursos do Tesouro Nacional através de duas modalidades: a) financiamento direto aos exportadores (PROEX-financiamento); e b) pagamento de equalização de taxas de juros (PROEX-equalização).

Apoio à Pequena e Média Empresa – programa criado com o objetivo de facilitar o acesso de microempresas e empresas de pequeno porte ao crédito de médio e longo prazos (através do FINAME).

Fundo de Aval (destinado às Pequenas e Médias Empresas) - visa também à dinamização do acesso ao crédito, em especial para as empresas exportadoras.

INCENTIVOS À AGRICULTURA

O Governo adotou um conjunto de medidas, tais como:

a) promoção do saneamento financeiro do setor rural, mediante a securitização das dívidas dos agricultores, com taxa de juros equivalente à variação do preço mínimo + 3% aa., envolvendo recursos da ordem de R\$ 7 bilhões e beneficiando cerca de 300 mil agricultores;

b) redução do “custo Brasil”, destacando-se i) o fim da TR como indexador do crédito rural, que passou a ter juros pré-fixados e ii) a desgravação do ICMS nas exportações de origem rural, o que possibilitou ampliar o saldo da balança comercial agrícola em US\$ 2,7 bilhões em 1997.

c) criação de novos instrumentos reguladores (Prêmio de Escoamento de Produto - PEP e Empréstimos do Governo Federal -EGF/Indústria), que dotaram a agricultura dos necessários mecanismos de proteção, melhorando a eficiência e reduzindo custos para o Tesouro Nacional;

d) prioridade à pequena propriedade, geradora de renda e emprego no campo, com a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF (foram aplicados R\$ 2,4 bilhões no período 1995/97, beneficiando 500 mil agricultores de base familiar em 1997) e ênfase na reforma agrária (assentamento de 186 mil famílias entre 1995 e 1997). Em 1998 deverão ser assentadas mais 100 mil famílias. O total de famílias assentadas no período 1995/98 terá sido de quase 300 mil, o que superará em quase 100 mil o total de assentados em todos os anos anteriores;

e) elaboração do plano de safra em tempo recorde (meados de junho), possibilitando aos agricultores planejar melhor suas decisões de plantio. Os recursos foram ampliados para R\$ 11 bilhões na safra 1998/99, contra R\$ 7,3 bilhões da safra anterior, com taxa de juros pré-fixada em 8,75% aa (5,75% no caso do PRONAF), o que significa a menor taxa cobrada dos agricultores desde a década de setenta.

RESULTADOS DOS INCENTIVOS À AGRICULTURA

A produção agrícola mudou de patamar desde o Real:

a) No período 1991/94, a produção de grãos foi de 67 milhões de toneladas, em média. Evoluiu para 77 milhões nos quatro anos de vigência do Real (1995/98);

b) o saldo da Balança Comercial Agrícola atingiu cerca de US\$ 11,2 bilhões em 1997 (em 1994: US\$ 8,7 bilhões; em 1995: US\$ 8,3 e em 1996: US\$ 8,5 bilhões).

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO (em % da Cesta Básica)



* Junho/97 a Maio/98
Fontes: Procon/DIEESE, DOU e Bacen

Média do Período

O Salário Mínimo Nominal dobrou durante o Plano Real.

No primeiro dia do Plano Real, um Salário Mínimo comprava apenas 60% de uma cesta básica. No ano de 1995, este poder de compra do salário elevou-se em 50%, passando a adquirir 90% de uma cesta básica. Hoje, com um Salário Mínimo, pode-se comprar uma cesta básica e ainda sobra dinheiro.

RENDIMENTO MÉDIO NOMINAL DA POPULAÇÃO OCUPADA (EM R\$ 1,00)

	Jun/94	Mar/98	Mar-98 / Jun-94 em %
Belo Horizonte	258,4	571,34	121,1%
Porto Alegre	315,2	646,42	105,1%
Recife	170,2	410,18	141,0%
Rio de Janeiro	252,5	610,69	141,9%
Salvador	171,6	413,05	140,7%
São Paulo	384,3	853,18	122,0%

Fonte: IBGE/PME

Regiões Metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife

O rendimento médio nominal das pessoas ocupadas em todas as regiões metropolitanas do país mais que dobrou desde a implantação do Plano Real.

RENDIMENTO MÉDIO REAL DAS PESSOAS OCUPADAS Regiões Metropolitanas

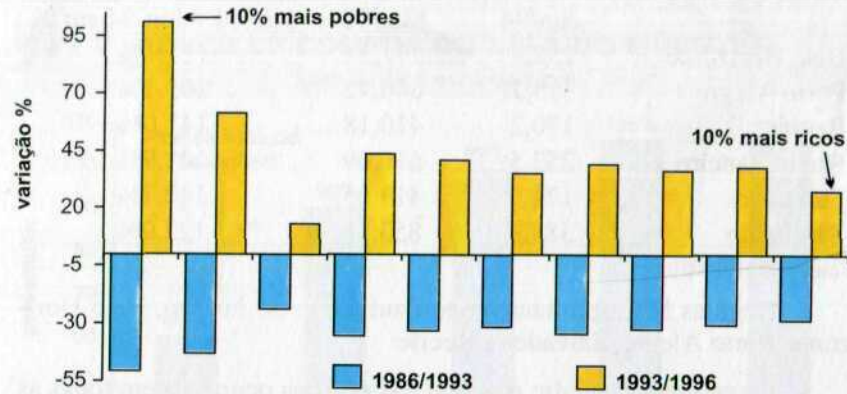


Regiões Metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife
Fonte: IBGE/PME

O rendimento médio real dos trabalhadores cresceu quase 24% desde a implantação do Plano Real.

Obs: Índices médios de 12 meses terminados em junho de cada ano. No quarto ano, utilizou-se a média em 12 meses terminada em março/98.

VARIAÇÃO NO RENDIMENTO MÉDIO REAL (percentuais)



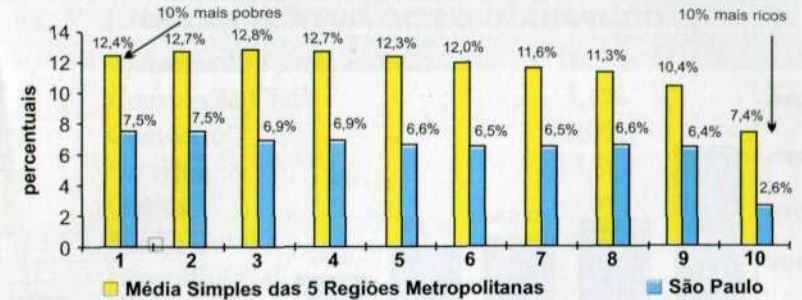
Fonte: PNADs, IBGE

No período que antecedeu o Plano Real (1986/93) - em azul - todos os segmentos de renda da população sofreram perda de renda real. Estas perdas foram mais acentuadas no segmento mais pobre do que no mais rico.

No período 1993/96 - em amarelo - todos os estratos da sociedade aumentaram suas rendas, mas o rendimento dos segmentos mais pobres cresceu mais que o dos mais ricos. Em síntese, antes do Real, tínhamos uma combinação de inflação, crescimento baixo e concentração de renda. Depois do Real, houve crescimento com distribuição de renda.

REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM SÃO PAULO E EM OUTRAS CINCO REGIÕES METROPOLITANAS (*) - 1994/97

Taxa de variação da renda per capita média anual nas Regiões Metropolitanas

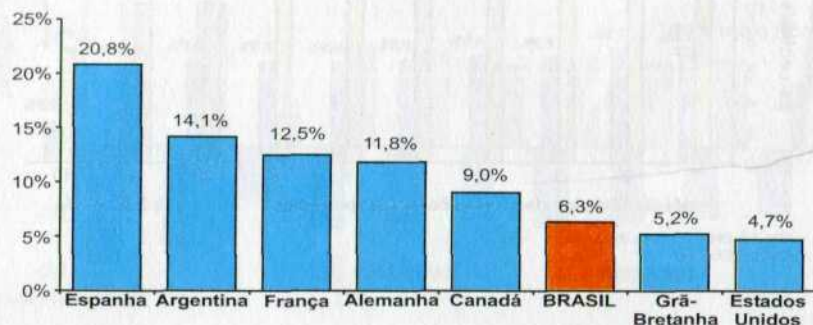


* RJ, SP, BH, POA, SA e RE.
Fonte: IBGE/IPEA

Além de uma distribuição de renda entre os estratos sociais, ocorreu também, entre 1994 e 1997, uma desconcentração espacial da renda. Depois do Real, todas as regiões metropolitanas tiveram expressivo aumento da renda per capita. Mas a média das 5 regiões metropolitanas (fora São Paulo) é sempre superior à de São Paulo em qualquer das 10 faixas de renda.

EMPREGO

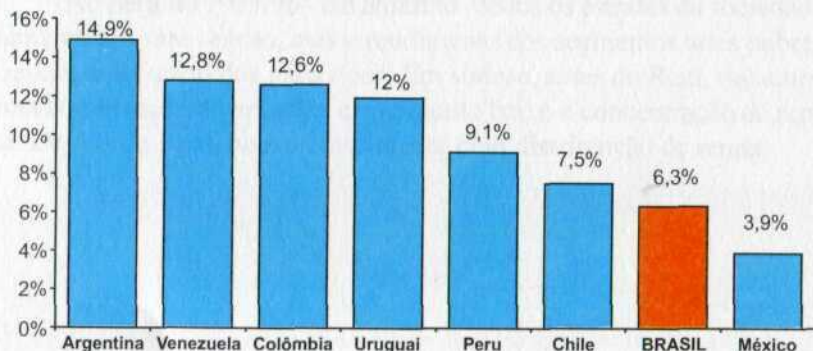
TAXA DE DESEMPREGO URBANO COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES 1997



Fontes: OCDE/The Economist, nov/97. Brasemb/Buenos Aires, dez/97
IPEA, 1997

O Brasil continua a ter uma das menores taxas de desemprego urbano, em comparação com os países da OCDE e a Argentina.

TAXA DE DESEMPREGO URBANO COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA - 1997



Fonte: CEPAL

Em comparação com 8 países da América do Sul e o México, o Brasil apresenta a segunda menor taxa de desemprego em 1997.

POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE REGIÕES METROPOLITANAS - (ABRIL 94/98)

Incremento Observado no Plano Real

Indústria de Transformação	-8,5%
Construção Civil	3,1%
Comércio	6,0%
Serviços	15,5%
Outros	-3,5%
Média Geral	6,9%

Fonte: IBGE/PME

Regiões Metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife

De 1994 a 1998, a população ocupada nas seis principais regiões metropolitanas aumentou em quase 7%.

A redução do emprego na indústria de transformação foi compensada pela criação de postos de trabalho nos demais setores, especialmente nos de serviços e de comércio.

BRASIL EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (EM %)

ANO	TAXA
1992	5,76
1993	5,31
1994	5,06
1995	4,64
1996	5,42
1997	5,70
1998*	6,36

* Média de 12 meses até abril

Fonte: IBGE/PNAD

A taxa de desemprego urbano aumentou nos primeiros meses de 1998, tendo alcançado 8,18% em março.

A taxa de desemprego apresentou ligeira queda em abril, passando para 7,94%. Foi a primeira redução desde dezembro do ano passado.

CONSUMO E QUALIDADE DE VIDA

ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS - CONSUMO VARIÇÃO % - DE 1994 A 1997

Alimentos industrializados	Var %
Frango	39,9
Carne bovina	27,1
Carne suína	26,1
Iogurte	85,9
Queijos	51,8
Cerveja	56,8
Refrigerantes	71,5
Biscoitos	42,6

Fonte: Abia

Produtos que antes eram consumidos somente pelas classes média e alta hoje estão acessíveis às camadas inferiores. Por exemplo, os biscoitos, iogurtes e queijo.

Com a elevação da renda e a manutenção do poder de compra, o trabalhador chega a substituir produtos populares, como carne de segunda, por outros tipos de carnes. O próprio consumo de carne bovina cresceu cerca de 27% nos últimos quatro anos, ou seja, um crescimento médio de 6% ao ano.

ELETRDOMÉSTICOS - NOVOS DOMICÍLIOS ATENDIDOS

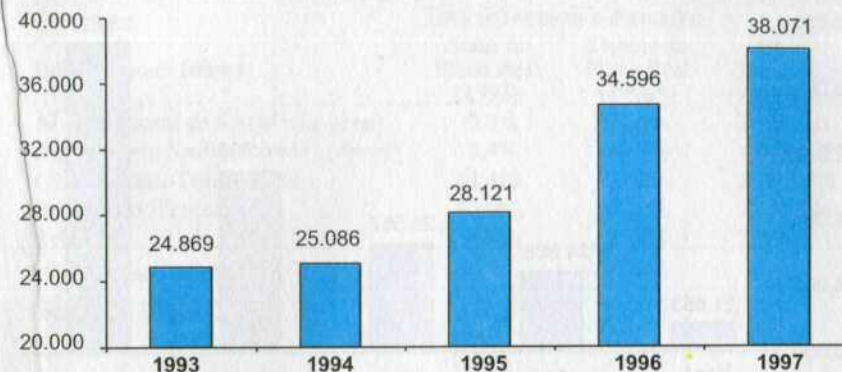
Eletrodomésticos	Total de Domicílios Atendidos		
	Antes do Plano Real (1993)	Depois do Plano Real (1996)	Novos Domicílios Atendidos
Fogão	95,5%	96,6%	3.125.443
Rádio	85,1%	90,4%	4.472.470
Televisão	75,8%	84,3%	5.518.731
Televisão em cores	50,2%	69,2%	8.968.204
Geladeira	71,7%	78,2%	4.591.321
Freezer	12,9%	18,0%	2.372.124
Máquina de Lavar Roupa	24,3%	30,4%	3.114.936

Fonte: IBGE/PNAD

Houve aumento significativo de bens eletrodomésticos nos domicílios brasileiros. Mais de 4,5 milhões de domicílios passaram a ter geladeiras.

O número mais expressivo, no entanto, é o de televisores em cores. Desde o Real foram vendidos mais de 10 milhões de aparelhos, por causa do aumento do poder aquisitivo da população e da substancial redução do preço, em parte devido à concorrência externa.

CONSUMO NACIONAL DE CIMENTO em 1.000 toneladas



Fonte: Sinduscon/SP

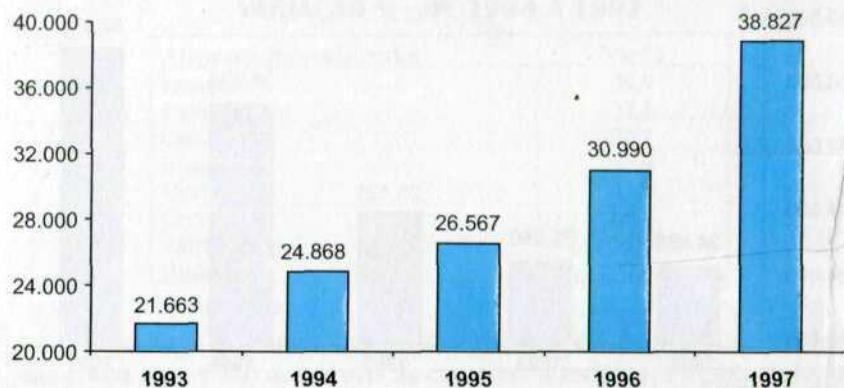
Desde o Real, as vendas de cimento apresentaram um incremento de 52%, ou seja, um crescimento médio de 11,22% ao ano entre 1994 e 1997. Este crescimento reflete, em boa medida, o fenômeno da auto-construção.

No início do Plano Real, um salário mínimo comprava apenas 12,4 sacos de cimento. Hoje, um salário mínimo compra 20 sacos de cimento.

Houve um aumento expressivo, na produção de material de construção: 29% nos 4 anos de Real.

LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Município de São Paulo



Fonte: Sinduscon/SP

De 1993 a 1997, os lançamentos imobiliários na cidade de São Paulo cresceram 79%.

Paralelamente à autoconstrução, o número de novos lançamentos de imóveis na capital paulista cresceu a uma média de 16% ao ano entre 1994 e 1997 – o que implica em um crescimento significativo na oferta de novas moradias, ajudando, inclusive, a pressionar para baixo os preços dos aluguéis.

INFRA-ESTRUTURA BÁSICA NOVOS DOMICÍLIOS PARTICULARES ATENDIDOS

Infra-estrutura Básica	Total de Domicílios Atendidos		Novos Domicílios Atendidos
	Antes do Plano Real (1993)	Depois do Plano Real (1996*)	
Abastecimento de Água (rede geral)	75,0%	77,6%	3.139.141
Esgotamento Sanitário (rede coletora)	38,9%	40,3%	1.646.408
Lixo Coletado Diretamente	64,4%	73,2%	5.266.583
Iluminação Elétrica	90,0%	92,9%	3.655.646
Telefone	19,8%	25,4%	2.796.133

* Último dado disponível

Fonte: IBGE/PNAD

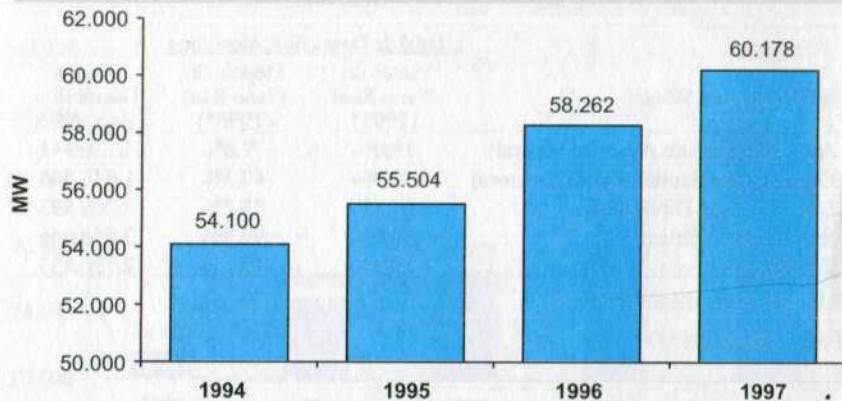
A estabilização promovida pelo Plano Real possibilitou que o Governo investisse mais no Social. Houve um incremento significativo do percentual de novos domicílios particulares atendidos por serviços de infra-estrutura básica.

Entre os anos de 1993 e 1996, ocorreram melhorias significativas na qualidade dos domicílios brasileiros. Mais de três milhões de novos domicílios foram atendidos com abastecimento de água; mais de um milhão e seiscentos mil passaram a contar com esgotamento sanitário e mais de três milhões e meio de novos domicílios passaram a contar com eletricidade.

Cinco milhões de domicílios estão contando, após o Plano Real, com a coleta de lixo e dois milhões e oitocentas mil famílias foram atendidas, até 1996, com a instalação de novas linhas telefônicas.

ENERGIA ELÉTRICA

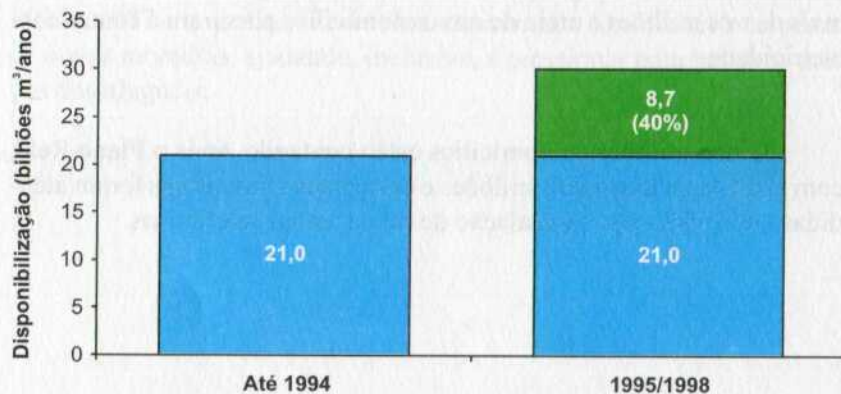
Capacidade instalada de geração



Fonte: MME

DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁGUA

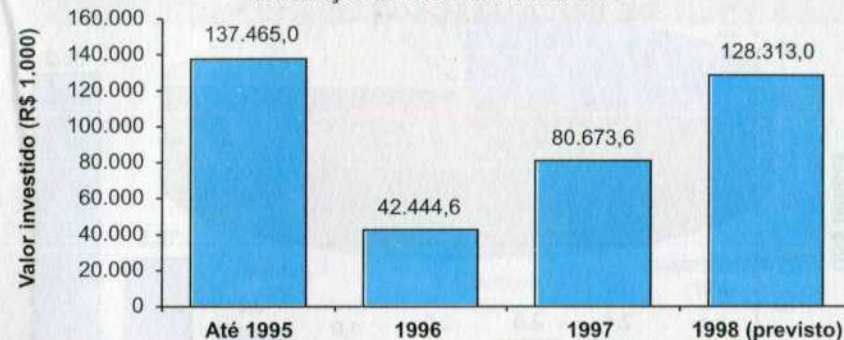
Barragens no Nordeste



Fontes: MMA/SRH/DNOCS/Codevasf/Governos Estaduais

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM ADUTORAS NO NORDESTE

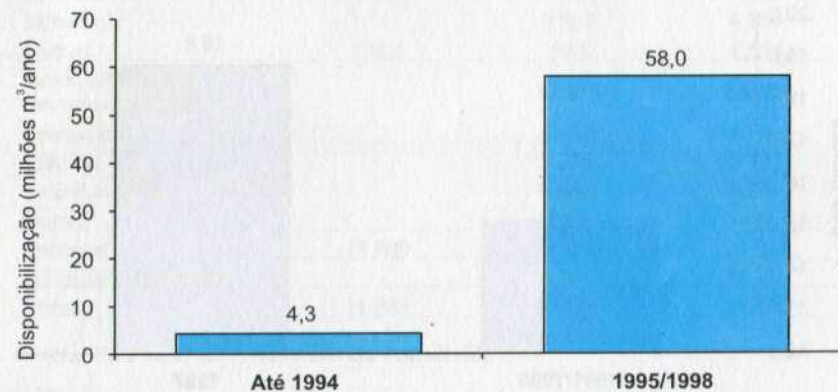
Disponibilização de 300 milhões de m³/ano construção de 1.300 km de adutoras



Fonte: MMA

DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁGUA - PROJETO ÁGUA BOA

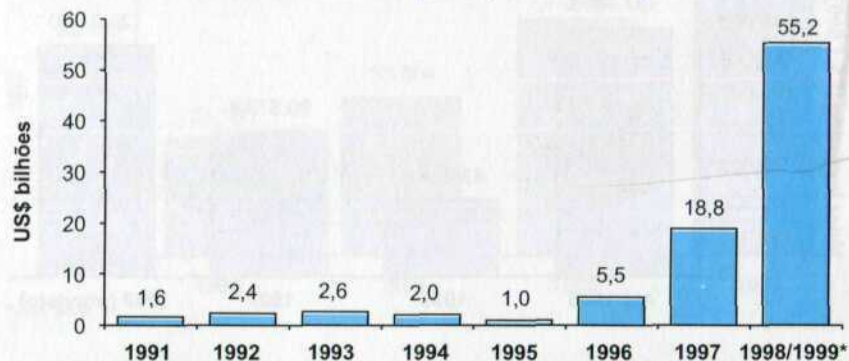
Dessalinização no Nordeste



Fontes: MMA/SRH/DNOCS/Codevasf/Governos Estaduais

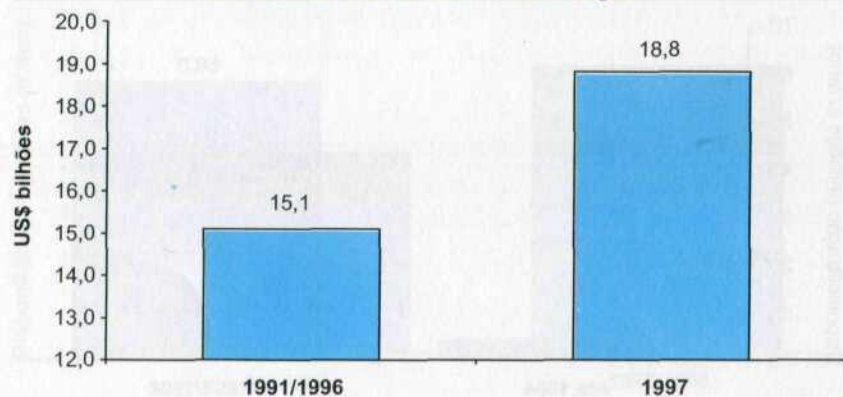
PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO

RESULTADOS ANUAIS DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO (1991-1999)



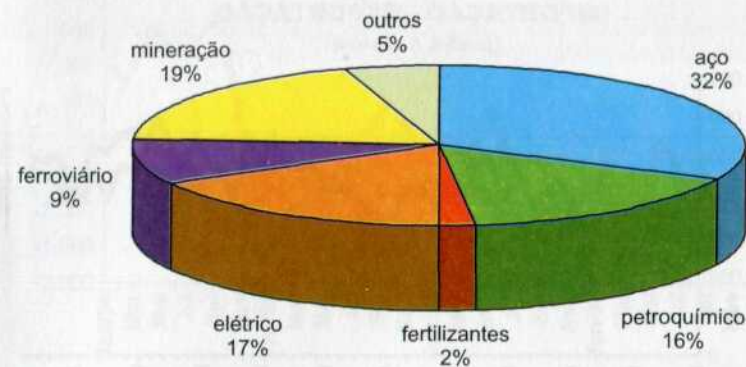
* 1998-1999 - previsão
Fonte: MPO

RESULTADOS AGREGADOS DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO



Fonte: MPO

PRIVATIZAÇÃO FEDERAL - 1991/1997 por setor



Fonte: MPO

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO 1991/1998 (EM US\$ MILHÕES)

	Posição até 15 jun/98		
	ANTES DO PLANO REAL	DEPOIS DO PLANO REAL	TOTAL (*)
Setores Produtivos	11.889	8.931	20.820
Aço	7.484	703	8.187
Petroquímico	2.908	794	3.702
Fertilizantes	493		493
Mineração		6.864	6.864
Outros	1.004	570	1.574
Infra-estrutura e Serviços Públicos		13.254	13.254
Ferroviário		1.491	1.491
Elétrico		3.735	3.735
Tele Banda B		7.544	7.544
Outros		484	484
Subtotal	11.889	22.185	34.074
Privatizações Estaduais		21.396	21.396
Total	11.889	43.581	55.470

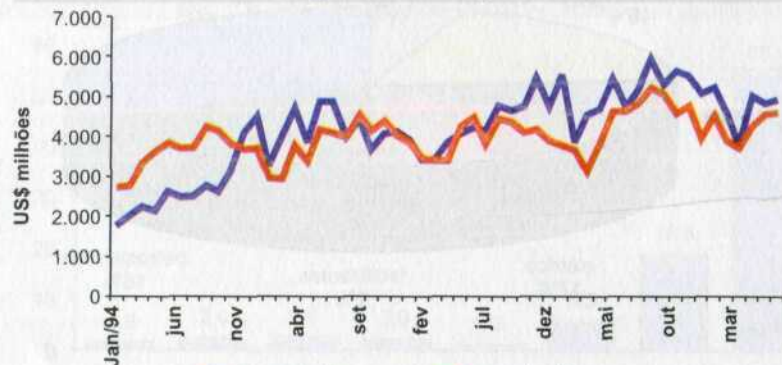
* inclui Resultado da Venda e Dívida Transferida

Fonte: BNDES

SETOR EXTERNO

IMPORTAÇÃO - EXPORTAÇÃO

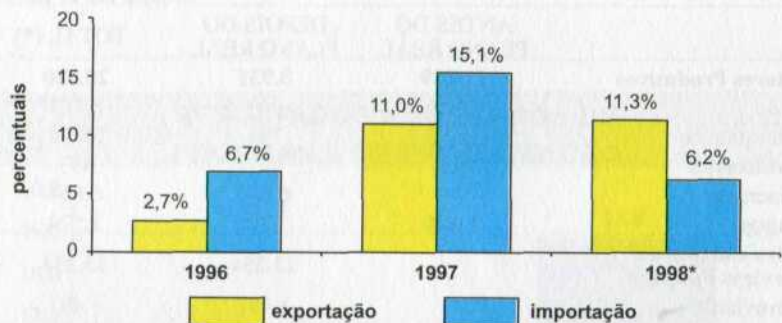
(jan/94 a mai/98)



Fonte: Bacen

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

taxa de crescimento anual



(*) Variação acumulada em 12 meses até maio/98.

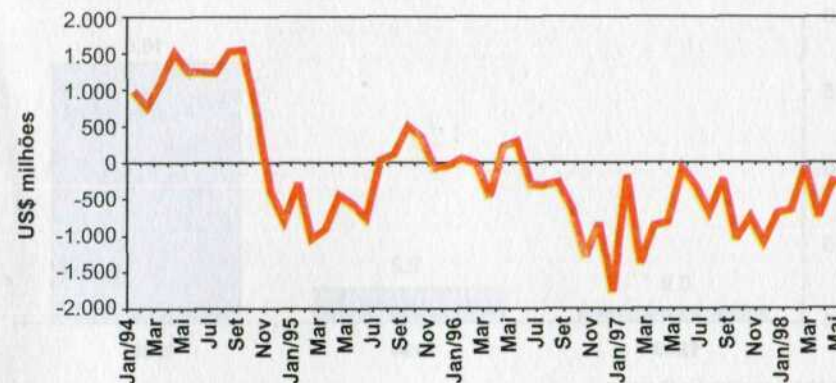
Fonte: MICT

Em 1998 o crescimento das exportações vem sendo superior ao das importações, revertendo a tendência do período anterior (1994/97). Em maio, a variação acumulada em 12 meses das exportações atingiu 11,3% contra 6,2% das importações.

É importante notar que o crescimento acumulado em 12 meses das exportações de produtos manufaturados alcançou 16% em abril de 1998.

BALANÇA COMERCIAL

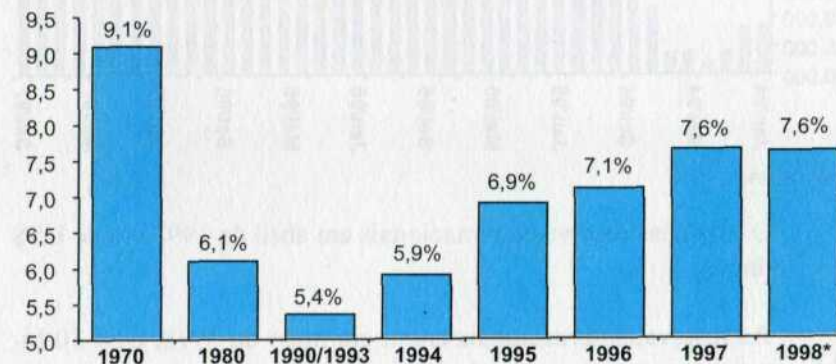
(jan/94 a mai/98)



Fonte: Bacen

IMPORTAÇÃO

(% do PIB)

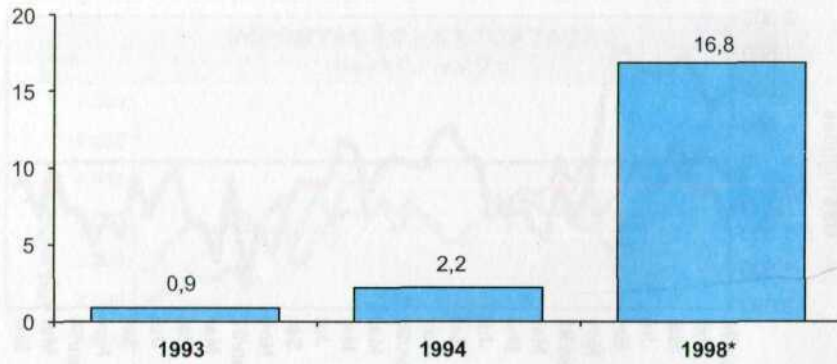


(*) Abril, acumulado em 12 meses

Fonte: Bacen

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS LÍQUIDOS

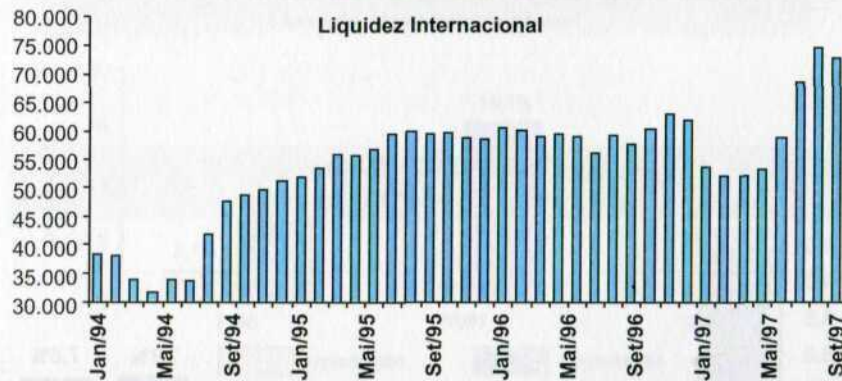
Fluxos acumulados no ano - US\$ bilhões



(*) Abril, acumulado em 12 meses
Fonte: Bacen

RESERVAS INTERNACIONAIS

(em US\$ milhões)



Fonte: BACEN

O nível das reservas internacionais em abril de 1998 era de US\$ 74,7 bilhões.

As reservas internacionais eram, em maio de 1998, US\$ 30 bilhões mais altas que em junho de 1994, correspondendo a um aumento de 70%.

ÁREA SOCIAL ALGUNS TEMAS

EDUCAÇÃO

TODA CRIANÇA NA ESCOLA SEMANA NACIONAL DE MATRÍCULA - 7 A 14.02.98

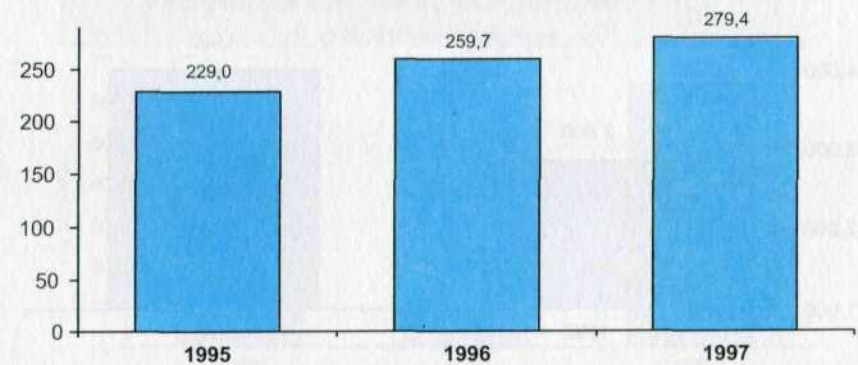
	nº de matrículas*
BRASIL	735.147
Norte	96.115
Nordeste	426.234
Sudeste	93.300
Sul	70.249
Centro-Oeste	49.249

* resultados parciais

Obs: A meta da Semana Nacional de Matrícula era de 300 a 400 mil novas matrículas

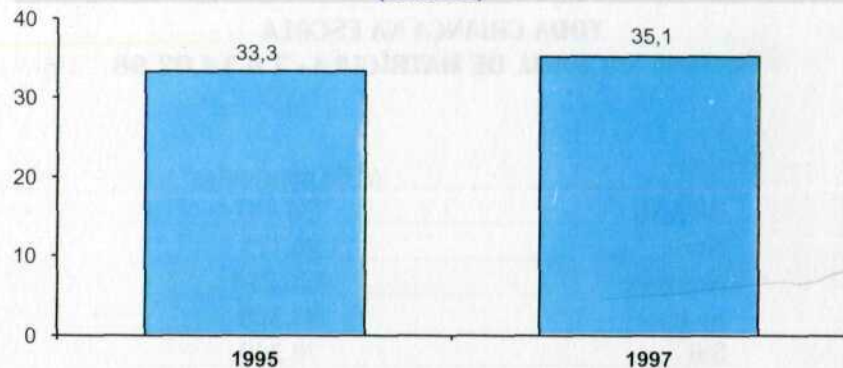
Fonte: MEC/INEP/SEEC

“DINHEIRO NA ESCOLA” recursos transferidos - R\$ milhões



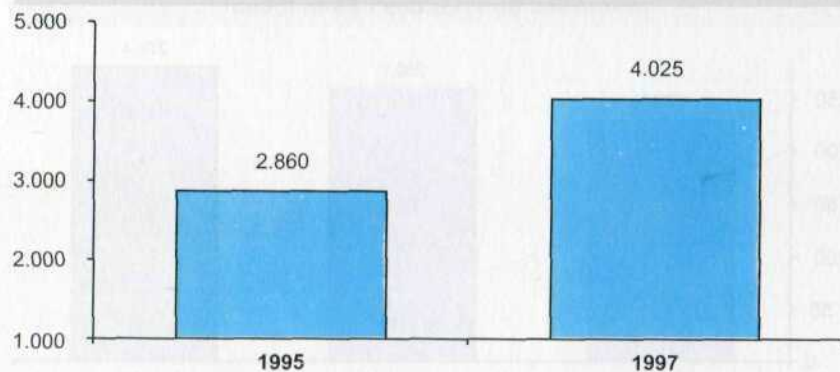
Fonte: PMDE/FNDE/MEC

MERENDA ESCOLAR
n° de alunos atendidos
(milhões)



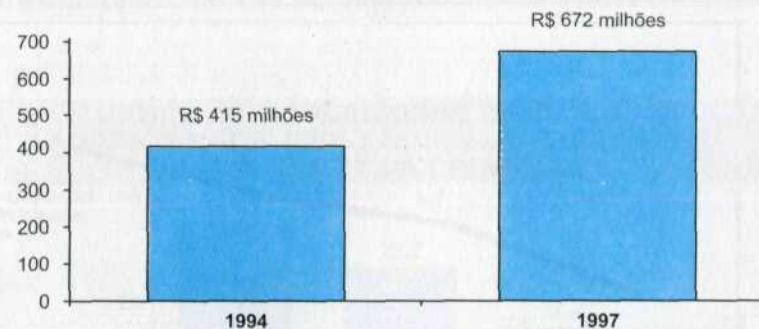
Fonte: FNDE/MEC

MERENDA ESCOLAR
municípios atendidos de forma descentralizada



Fonte: FNDE/MEC

MERENDA ESCOLAR
recursos aplicados



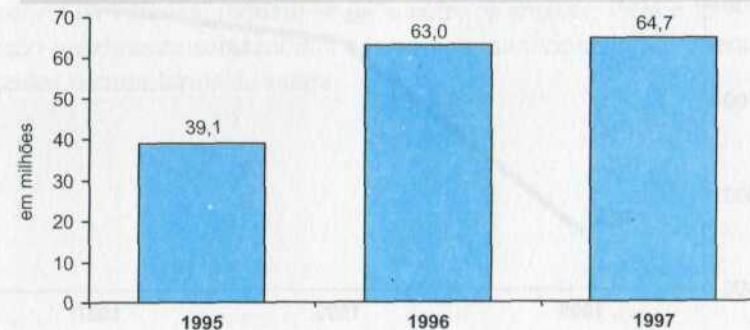
Fonte: FNDE/MEC

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - TV ESCOLA
(PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO) - 1997

escolas atendidas	34.249
alunos beneficiados	19,3 milhões
valor transferido (R\$)	51,3 milhões

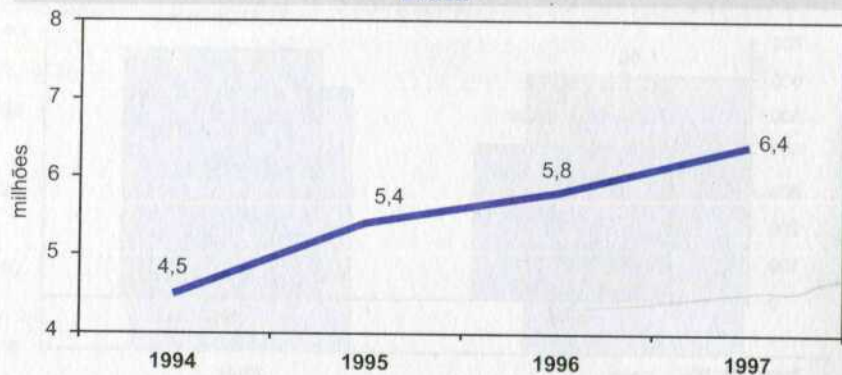
Fonte: FNDE/MEC

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO
n° de livros distribuídos



Fonte: FNDE/MEC

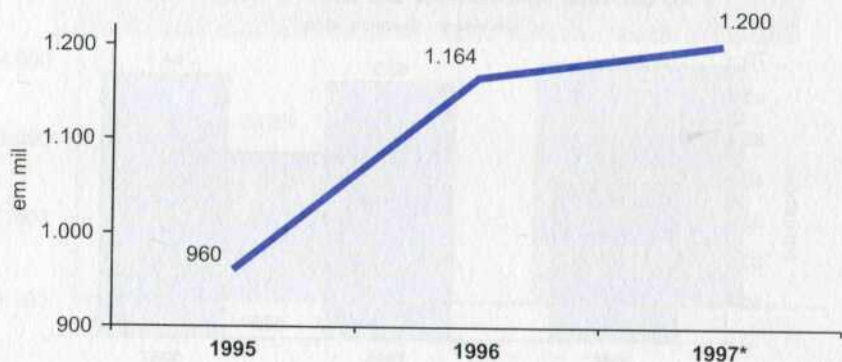
ENSINO DE 2º GRAU matrícula inicial Brasil



Fonte: MEC/INEP/SEEC

No período de 1994/97 a matrícula no ensino de 2º grau cresceu 42%. Este movimento se explica tanto pela melhoria do ensino de 1º grau, quanto pela mobilização da sociedade pela educação.

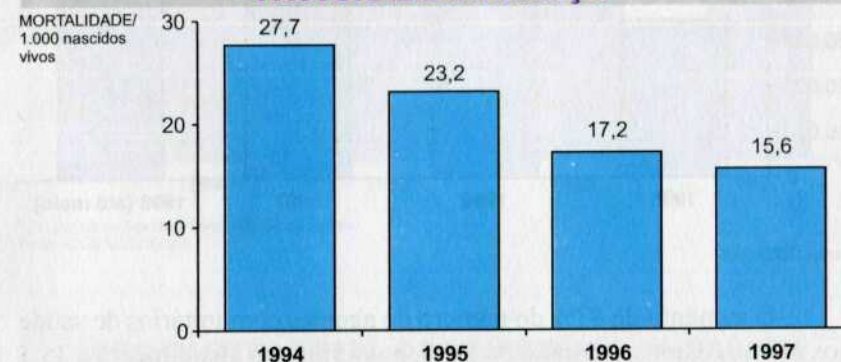
ENSINO DE 2º GRAU nº de concluintes Brasil



* estimativa
Fonte: MEC/INEP/SEEC

SAÚDE

ÍNDICE DE MORTALIDADE DE CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO ACOMPANHADAS PELA PASTORAL DA CRIANÇA

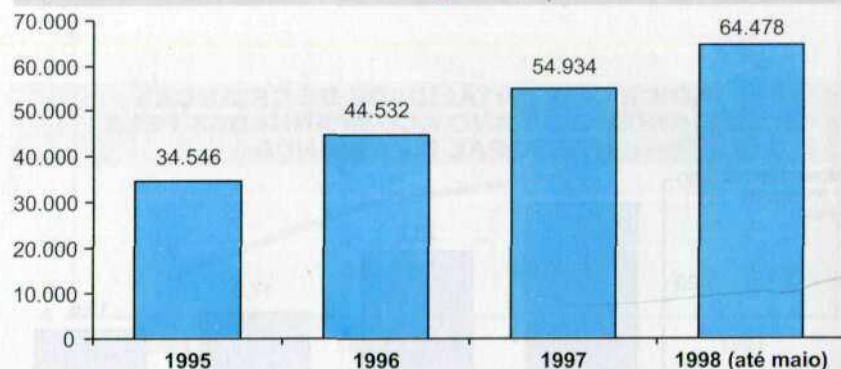


Fonte: Pastoral da Criança

A taxa de mortalidade infantil, registrada nas 26.546 comunidades carentes situadas em 2.892 municípios com acompanhamento pela Pastoral da Criança, reduziu-se 44% entre os anos de 1994 e 1997. Redução igualmente substancial ocorreu nos municípios onde operam os agentes comunitários de saúde.

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

nº de agentes

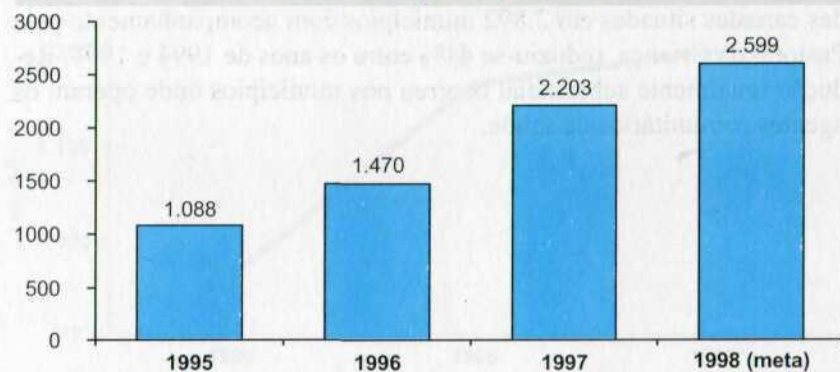


Fonte: COSAC/MS

O aumento de 87% do número de agentes comunitários de saúde nos últimos 3 anos, até maio de 1998, possibilitou o atendimento a 35,5 milhões de brasileiros. Nas áreas cobertas por este programa, verificou-se igualmente uma queda substancial da mortalidade infantil.

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

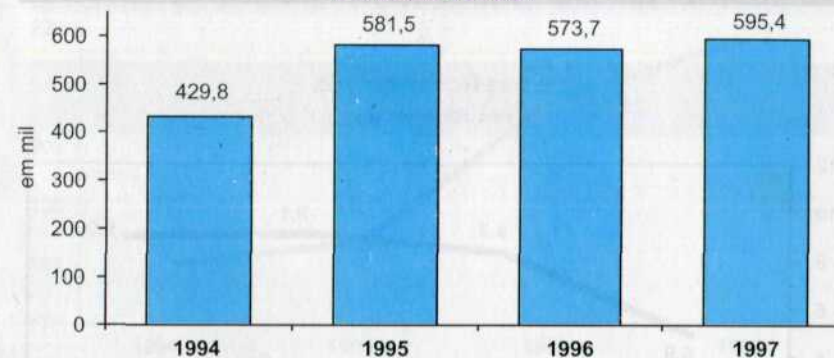
nº de municípios atendidos



Fonte: COSAC/MS

GESTANTES COM ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL, EM ÁREAS COBERTAS PELO PACS*

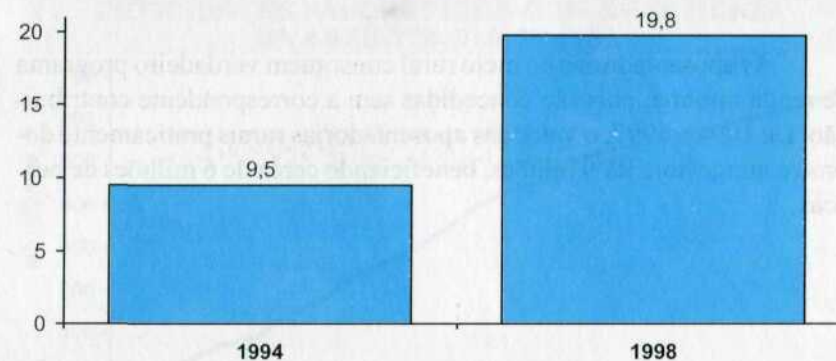
Nordeste 1994/97



* Programa de Agentes Comunitários de Saúde
Fonte: COSAC/SAS/MS

ORÇAMENTO TOTAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

R\$ bilhões

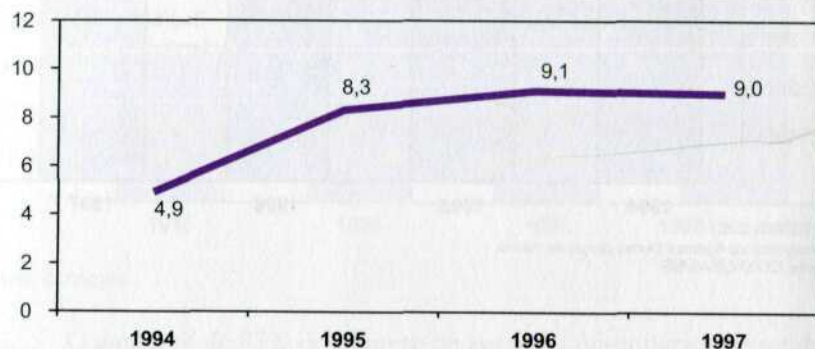


Fonte: Ministério da Saúde

O orçamento total do Ministério da Saúde duplicou entre 1994 e 1998. O gasto per capita em saúde passou de R\$ 61,80, em 1994, para R\$ 122,70, em 1998.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

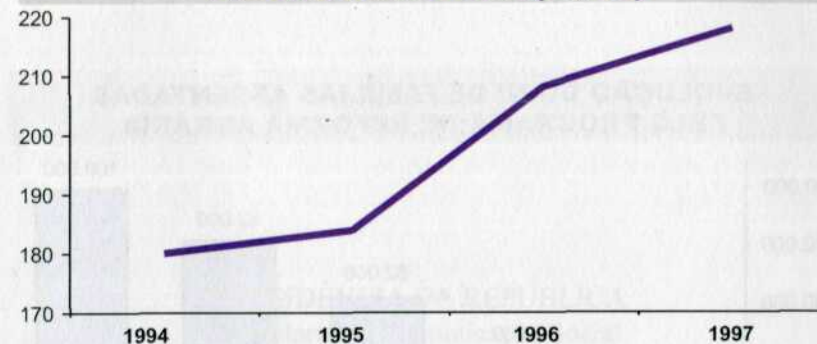
Benefícios rurais
em R\$ bilhões



Fonte: INSS

As aposentadorias no meio rural constituem verdadeiro programa de renda mínima, pois são concedidas sem a correspondente contribuição. De 1994 a 1997, o valor das aposentadorias rurais praticamente dobrou e atinge hoje R\$ 9 bilhões, beneficiando cerca de 6 milhões de pessoas.

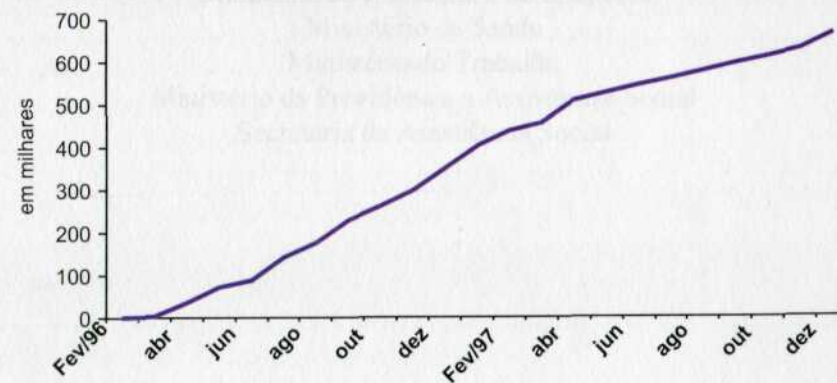
EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL (em R\$)



Fonte: MPAS

Em 3 anos, o valor médio dos benefícios subiu de R\$ 184,00 para R\$ 218,00.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE IDOSOS E DEFICIENTES FAVORECIDOS COM BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

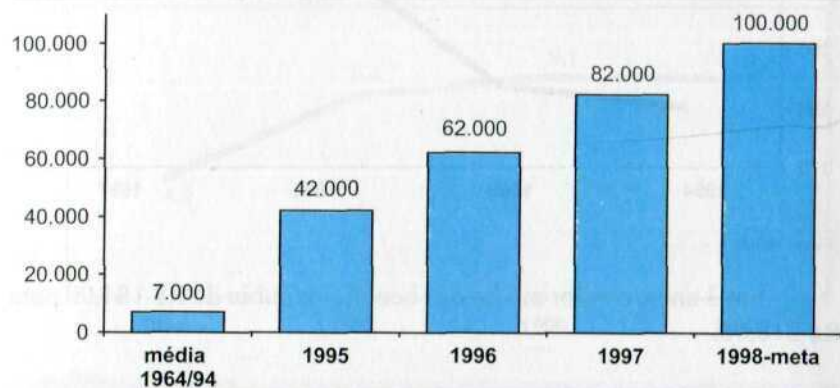


Fonte: MPAS

Em 1997, 674 mil idosos e deficientes receberam por mês 1 salário mínimo. Os recursos envolvidos no pagamento desse benefício chegaram a R\$ 813 milhões, contra R\$ 190 milhões em 1996 - um crescimento de mais de 300%.

REFORMA AGRÁRIA

EVOLUÇÃO DO Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS PELO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA



Fonte: Ministério Extraordinário de Política Fundiária

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social

Apoio Institucional

Ministério da Fazenda
Secretaria de Política Econômica
Banco Central do Brasil

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministério da Educação e do Desporto

Ministério da Saúde

Ministério do Trabalho

Ministério da Previdência e Assistência Social

Secretaria de Assistência Social

COLEÇÃO DOCUMENTOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EM PORTUGUÊS

1. DISCURSO DE DESPEDIDA DO SENADO FEDERAL
2. DISCURSO DE POSSE
3. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1995
4. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (primeiro semestre de 1995)
5. POLÍTICA EXTERNA — PRONUNCIAMENTOS (segundo semestre de 1995)
6. A NOVA FASE DA PRIVATIZAÇÃO
7. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL
8. FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL
9. REAL, UM NOVO COMEÇO
10. PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA
11. PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
12. DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA
13. PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO
14. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1996
15. OS RUMOS PARA 1996
16. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
17. SOCIEDADES INDÍGENAS E A AÇÃO DO GOVERNO
18. COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS
19. O MERCADO DE TRABALHO E A GERAÇÃO DE EMPREGOS
20. POR UM BRASIL MAIS JUSTO — AÇÃO SOCIAL DO GOVERNO
21. UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
22. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA — 1995
23. BRASIL EM AÇÃO — INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO
24. POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
25. GLOBALIZAÇÃO E OUTROS TEMAS CONTEMPORÂNEOS
26. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL — 1997
27. DOIS ANOS DE MUDANÇAS
28. REFORMA AGRÁRIA – COMPROMISSO DE TODOS
29. COMUNIDADE SOLIDÁRIA – RESULTADOS DE 2 ANOS DE TRABALHO
30. TRÊS ANOS DE REAL

31. PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – 1996
32. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MUDANÇA SOCIAL E EMPREGO
33. BRASIL EM AÇÃO – RESULTADOS NO PRIMEIRO ANO
34. POR QUÊ REFORMAR A PREVIDÊNCIA? LIVRO BRANCO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
35. TRABALHO INFANTIL NO BRASIL – QUESTÕES E POLÍTICAS
36. COMUNIDADE SOLIDÁRIA — TRÊS ANOS DE TRABALHO

EM INGLÊS

1. PRIVATIZATION ENTERS A NEW PHASE
2. PUBLIC SERVICE CONCESSIONS IN BRAZIL
3. THE RESULTS OF THE REAL PLAN
4. THE TELECOMMUNICATION SECTOR IN BRAZIL
5. BRAZIL 1996: FROM REFORM TO GROWTH
6. THE IMPACT OF GLOBALIZATION ON DEVELOPING COUNTRIES — RISKS AND OPPORTUNITIES
7. NATIONAL PROGRAMME ON HUMAN RIGHTS
8. TWO YEARS OF CHANGE
9. LABOR MARKET AND EMPLOYMENT GENERATION IN BRAZIL
10. AGRARIAN REFORM – BRAZIL'S COMMITMENT
11. THREE YEARS OF THE REAL PLAN – BUILDING A BETTER BRAZIL
12. BRAZILIAN NATIONAL DEFENSE POLICY
13. INTERVIEWS WITH THE PRESIDENT

EM FRANCÊS

1. SOCIÉTÉS INDIGÈNES ET L'ACTION DU GOUVERNEMENT
2. COMMUNAUTÉ SOLIDAIRE: TOUS POUR TOUS
3. PROGRAMME NATIONAL DES DROITS DE L'HOMME
4. BRÉSIL: DES RÉFORMES À LA CROISSANCE
5. DEUX ANNÉES DE CHANGEMENTS
6. TROIS ANS DE REAL – LA CONSTRUCTION D'UN BRÉSIL MEILLEUR

EM ESPANHOL

1. BRASIL, 1996 DE LAS REFORMAS AL CRESCIMIENTO
2. PROGRAMA NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS
3. DOS AÑOS DE CAMBIOS
4. EL MERCADO DE TRABAJO Y LA GENERACIÓN DE EMPLEOS
5. ENTREVISTAS CON EL PRESIDENTE

Cópias adicionais desta publicação podem ser solicitadas à
Presidência da República
Secretaria de Comunicação Social
Esplanada dos Ministérios, bloco A, 6º andar
Telefones: (061) 411-4834 e 411-4837
Fax: (061) 321-2230
Brasília, DF
CEP: 70054-900
Consulte, também, nossa página na Internet:
<http://www.planalto.gov.br>